

# PARADIGMAS ECONÔMICOS: NORMATIZAÇÃO DA VIDA E DA ORDEM SOCIAL

Eloah de Jesus Fassarella<sup>1</sup>

José Marcos de Oliveira Ridighieri<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho visa aproximar os momentos de inflexão do pensamento econômico com as condições materiais mais amplas que estavam postas no contexto histórico em questão. A partir daí, busca-se questionar a hipótese de que apenas insuficiências metodológicas são capazes de sustentar mudanças de paradigmas dominantes. Levando-se em conta o aspecto normatizador da vida, pressupõe-se que a revolução científica acontece, na verdade, para enquadrar as vicissitudes da acumulação à ordem social. Além disso, procura-se fazer uma breve análise acerca do atual ambiente econômico e sua suscetibilidade à mudança paradigmática.

**Palavras-chave:** Ciência econômica; normatização; ordem social.

## INTRODUÇÃO

O decorrer do desenvolvimento do pensamento econômico foi marcado por mudanças significativas no modo de se fazer essa ciência e a discussão é, geralmente, centrada no caráter metodológico da mesma. Entretanto, ao que tudo indica, se lançarmos olhar à aspectos histórico-sociais, podemos notar que o ambiente social que permeia a mudança do *modus operandi* da ciência econômica é essencial para efetivar a iminente “revolução científica”.

Apesar de não haver consenso sobre como se efetiva a evolução do pensamento econômico, Kuhn sugere que a ciência se conforma a partir de uma ciência normal, que consiste em uma pesquisa científica estruturada a partir de um paradigma, e afirma a importância da abordagem histórica para a compreensão da mudança do padrão metodológico da ciência, conforme leitura a partir de Caldwell (1994). Isso porque o progresso científico se dá a partir da percepção de anomalias, por parte do cientista “normal”, que gera novas descobertas e possibilita o estabelecimento de discussões quanto ao próprio paradigma, o que leva à pesquisa extraordinária, que pode promover uma revolução científica, e a emergência de um novo paradigma. É importante ressaltar a necessidade de que um novo paradigma seja criado pelos cientistas para que possa sobrepor o antigo.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista pelo Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/Ufes).

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista pelo Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/Ufes).

Diferente do monismo afirmado por Kuhn, há diferentes fazeres metodológicos que disputam o espaço científico. Imre Lakatos afirma que a conformação da ciência se dá a partir de Programas de Pesquisa Científica (PPC) que são compostos por núcleos rígidos, pressupostos irrevogáveis e defendidos a partir de um cinturão protetor, que é um conjunto de suposições derivado a partir desse núcleo. Esses programas estão em constante disputa e chegam a compartilhar aspectos presentes no cinturão protetor, ou seja, podem discutir um mesmo problema, mas fundamentados em pressupostos diferentes.

Independentemente das diferentes perspectivas sobre a evolução da ciência, podemos nos apoiar em aspectos importantes de ambas as visões de forma complementar, mas não podemos nos restringir apenas à discussão metodológica para analisarmos as mudanças paradigmáticas na ciência econômica.

Ao tratar sobre a primeira revolução da ciência econômica, a revolução marginalista, Paulani (2010, p. 5) afirma que “[...] por trás desses movimentos no plano do ideário, transformações fundas ocorriam no plano muito concreto das relações materiais e da luta entre as classes.”. Supomos que essa não seja uma característica restrita àquele momento.

O objetivo deste trabalho consiste em aproximar os momentos de crise do pensamento econômico à crise atual da ortodoxia econômica, com vistas a questionar se estamos vivendo um ambiente propício à revolução científica, tendo em vista a hipótese de que as mudanças no padrão construtivo do pensamento econômico ocorrem como resposta às demandas sociais que fogem à ordem social estabelecida.

A atual crise da ciência econômica, apesar de ter se conformado a partir da crise de 2008, representa questionamentos ao núcleo rígido do programa de pesquisa científico dominante – a saber, o neoclássico – que é alvo constante de questionamentos advindos dos demais programas desde seu estabelecimento. Porém, a partir de então, suas insuficiências passaram a ser consideradas pelos próprios economistas da tradição, como exposto:

Nearly ten years after the onset of the Great Financial Crisis, both researchers and policy makers are still assessing the policy implications of the crisis and its aftermath. Previous major crises, from the Great Depression to the stagflation of the 1970s, profoundly changed both macroeconomics and macroeconomic policy. The question is whether this crisis should and will have similar effects.

We believe it should, although we are less sure it will. Rather obviously, the crisis has forced macroeconomists to (re)discover the role and the complexity of the financial sector, and the danger of financial crises. But the lessons should go largely beyond this, and force us to question a number of cherished beliefs.<sup>3</sup> (BLANCHARD & SUMMERS, 2017, p. 1)

---

<sup>3</sup> Quase dez anos depois do início da Grande Crise Financeira pesquisadores e formuladores de política [econômica] estão, ambos, ainda avaliando as implicações para a política [econômica] derivadas da crise e de suas consequências.

Então, o esforço será feito no sentido de indagar a possibilidade de um momento viável para a revolução na ciência econômica. Mas além dos aspectos metodológicos insuficientes para dar conta das “anomalias”, levaremos em consideração, como afirmamos anteriormente, aspectos materiais que fogem à ordem social pré-estabelecida e que demandam novas análises, pois como resposta às necessidades do capital como relação social, a vida material se altera, e essa alteração precisa ser conformada de forma ordenada.

Para encadearmos a proposta deste trabalho faremos uma análise tanto de aspectos metodológicos como histórico-sociais de três momentos na história do pensamento econômico: a ruptura com a Escola Clássica e a Revolução Marginalista, que serão abordadas na primeira seção, o período de emergência do keynesianismo e seu declínio com o retorno e assentamento da tradição neoclássica, explanado na segunda seção deste trabalho e, na terceira seção, indicaremos aspectos posteriores à crise do sistema financeiro mundial expressa em 2008 para aproximarmos o debate sobre a mudança de paradigmas científicos com o presente momento. Ao final, tentaremos recapitular os pontos principais expostos e tecer uma conclusão.

## **A REVOLUÇÃO MARGINALISTA: O DECLÍNIO DA ESCOLA CLÁSSICA**

É preciso esclarecermos, antes de mais nada, em termos mais qualitativos, o que significou a passagem de um paradigma para outro, isto, esperamos, ajudará a lançar luz sobre o questionamento feito. Como já apresentamos, nos termos de Lakatos, a inflexão clássico-marginalista trata-se, na verdade, de uma clara mudança de “núcleo-duro”. Isto porque estas escolas diferiram no mais fundamental aspecto de uma teoria econômica: quanto a teoria do valor. Os clássicos, influenciados por Adam Smith, adotavam o trabalho como aspecto fundante do valor. Os marginalistas, seguindo a tradição utilitarista de Jeremy Bentham, adotavam a utilidade como determinante do valor.

Mas existem consequências lógicas quando se adota uma ou outra teoria do valor. Se parto do valor-trabalho, por exemplo, admito que o valor tem que ser, necessariamente, objetivo — tem de ser, portanto, produzido e posteriormente distribuído. Dessa forma a questão econômica enquadra-se claramente numa perspectiva mais ampla, qual seja, dentro dos fatores que determinarão a distribuição do valor gerado. Fatores que são, por sua vez, de natureza diversa. Vão desde o estritamente econômico (como os custos envolvidos na produção, preço dos insumos etc.) até aspectos mais profundos — políticos — como a relação de poder entre classes diferentes. Ao pensar

---

Grandes crises progressas, desde a grande depressão até a estagflação dos anos 1970 mudaram profundamente ambas a macroeconomia e a política macroeconômica. A questão é se essa crise deveria e se vai desencadear efeitos similares.

Acreditamos que deveria, apesar de estarmos menos certos de que vai. Obviamente, a crise forçou macroeconomistas a (re)descobrirem o papel e a complexidade do setor financeiro, e o perigo das crises financeiras. Mas as lições deveriam ir muito além disso, e nos forçar a questionar uma série de crenças queridas.

sobre o conceito de riqueza, Adam Smith, nesta clássica passagem, nos oferece uma compreensão interessante acerca do escopo daquilo que se considera o campo de estudo econômico:

Riqueza é poder, como diz Hobbes. Mas a pessoa que adquire ou herda uma grande fortuna não necessariamente adquire ou herda, com isto, qualquer poder político, seja civil ou militar. Possivelmente sua fortuna pode dar-lhe os meios para adquirir esses dois poderes, mas a simples posse da fortuna não lhe assegurará nenhum desses dois poderes. O poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é o poder de compra; um certo comando sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que está então no mercado. Sua fortuna é maior ou menor, exatamente na proporção da extensão desse poder; ou seja, de acordo com a quantidade de trabalho alheio ou — o que é a mesma coisa — do produto do trabalho alheio que esse poder lhe dá condições de comprar ou comandar. O valor de troca de cada coisa será sempre exatamente igual à extensão desse poder que essa coisa traz para o seu proprietário. (SMITH, 1996, v.1, p.88)

Carcanholo (1991), ao examinar a mesma passagem, conclui que “Para Smith, então riqueza é uma **relação social**; é a relação social que implica domínio sobre o trabalho alheio, capacidade de compra, de controle sobre o trabalho humano.” Adicionalmente, o famoso debate entre David Ricardo e Thomas Malthus, acerca da lei dos cereais, escancara o caráter político da economia na medida em que os autores declaram apoio — e o fazem cientificamente — a uma classe social ou outra, os capitalistas e os proprietários de terra, respectivamente.

Por outro lado, quando aceitamos o valor-utilidade, este se torna necessariamente subjetivo e não se consegue ver mais o fluxo do nascimento e distribuição do valor ou da riqueza. Ao contrário, o próprio conceito de riqueza enquanto grandeza objetiva passiva de repartição perde um pouco do sentido. Se analisado por essa perspectiva, o valor é utilidade. É matéria subjetiva que pode ser incrementada ou não dependendo da ação individual empreendida — nesse sentido, os indivíduos são pensados enquanto incentivados a agir de tal forma quando podem ganhar utilidade e a não fazê-lo caso contrário.

O problema econômico aqui é, portanto, o da escolha: qual é o melhor caminho para o aumento da utilidade, qual forma de agir me proporciona utilidade máxima? Assim, como se flutuasse acima do tecido social, a economia perde o enquadramento mais amplo que tinha na escola clássica e se fecha em si mesma. Os fatores que influenciam a ação individual são sempre econômicos (porque estão relacionados com uma decisão custo-benefício) e a ação individual é suficiente para explicar toda a economia (porque a riqueza é subjetiva). A ciência econômica é uma ciência pura:

Portanto, se a Economia Política fosse o que diz A. Smith e se não passasse disso, seria seguramente um estudo muito interessante, mas não seria uma ciência propriamente dita. Dessa maneira, é preciso afirmá-lo: a Economia Política é coisa diferente do que A. Smith diz. Antes de pensar em propiciar ao povo um rendimento abundante e antes de ocupar-se em fornecer ao Estado um rendimento suficiente, o economista busca e descobre verdades

puramente científicas. Assim age quando enuncia, por exemplo, que o valor das coisas tende a aumentar quando a quantidade procurada aumenta ou quando a quantidade oferecida diminui, [...]. Em todos esses casos e em muitos outros o economista faz ciência pura (WALRAS, 1996, p. 31)

Dos clássicos aos marginalistas processa-se, portanto, uma mudança que está muito além da substituição de um fazer metodológico por outro. Está em jogo, também, uma drástica mudança de escopo. Os marginalistas elencaram o “estritamente econômico” como o campo de estudos por excelência da ciência econômica e deixaram as considerações políticas para outro campo, a chamada “economia normativa”, fora dos estreitos limites da economia pura. A distribuição, ora aspecto mais fundamental do saber econômico, vira arte com os marginalistas e se encontra, portanto, também fora de seu campo de estudos. Mas que fatores nos explicam tal transformação?

A pergunta pode ser respondida de diversas maneiras. Em primeiro lugar, pode ser que a coisa tenha sido, na verdade, um mero acidente, simples casualidade. Talvez Jevons, deitado sob a sombra de uma macieira, tenha descoberto, ao ser atingido na fronte pelo fruto em queda livre, o real motivo pelo qual um teto sobre a cabeça vale mais do que um chapéu. A casualidade, aliás, nos explica de forma aceitável o fato de que os marginalistas, na verdade, escreveram separadamente e sem muito conhecimento um acerca do outro. O conhecimento parecia brotar simultaneamente em todos os lugares:

É como se o tempo tivesse de estar maduro para a aceitação de um novo paradigma, e quando o tempo estava maduro tal paradigma emergiu de um modo independente e simultâneo em vários lugares. [...] (DEANE, p.130, 1980)

Por outro lado, a mudança pode ter acontecido, na verdade, graças as dificuldades teórico-explicativas pelas quais a economia clássica passava. Feijó (2001) parece defender esta hipótese. Ele nos aponta como fatores que levaram a escola clássica a seu inevitável declínio a teoria do fundo de salários e a teoria da taxa natural de salários. Teorias que, segundo Feijó, eram derivadas, no fundo, de uma outra doutrina: a da homogeneidade do trabalho, algo que em uma sociedade com progressiva divisão e especialização do trabalho parecia cada vez menos plausível. A teoria do fundo de salários era tão problemática que o próprio Stuart Mill, um de seus formuladores, a havia abandonado.

O fator puramente metodológico, como apontado por Feijó, parece, de fato, muito importante para a explicação da transição. Mas, diante dele, teríamos de nos perguntar também se era possível, na época, responder às questões que se colocavam a economia clássica sem que, para isso, todo seu edifício teórico tivesse que ser demolido. Essa consideração é importante porque, de fato, à época dos marginalistas outros autores que compartilhavam da perspectiva do valor trabalho, sendo Marx o mais proeminente, acabaram respondendo a tais dificuldades e, inclusive, endereçaram críticas às

mesmas formulações clássicas que Feijó aponta como mais problemáticas. Posto isso, temos de nos perguntar se, de fato, o fator metodológico é causa suficiente para a derrubada do paradigma clássico.

Acreditamos que não. Acreditamos que a ideia de que mudança de paradigmas científicos ocorrem unicamente em função de problemas metodológicos ou por mera casualidade (“movimento natural das coisas”) desconsidera um aspecto fundamental: o papel da ciência enquanto normatizadora da atividade social — no nosso caso, mais especificamente, da atividade econômica. A título de exemplo de como a ciência normatiza a vida econômica podemos nos lembrar de como a prática metalista do mercantilismo perdeu a razão de ser após a formulação de um conhecimento científico que a ridicularizava — algo semelhante, também, acontecerá com Keynes e o liberalismo na década de 1930 (retornaremos a esse ponto posteriormente). O fato é que a ciência desfruta de um espaço privilegiado dentre os saberes e, por isso, sempre é utilizada como subsídio à normatização da vida humana.

Posto isso, precisamos lembrar que, enquanto desfrutava do palco principal, a economia clássica tinha esse poder regulador sobre a atividade econômica e, de fato, logrou muitos sucessos nesse âmbito: triunfou sobre o mercantilismo, propagou o livre comércio, etc. No entanto, como aponta Kicillof (2010), o período de declínio da escola clássica coincide justamente com um acirramento da luta entre trabalhadores e capitalistas advinda das péssimas condições de trabalho pós-segunda revolução industrial e daí movimentos de sindicalização e associação de trabalhadores passaram a ser mais frequentes e ganhar mais força.

Aqui, talvez, resida o X da questão. O sistema clássico — a essa altura marcadamente ricardiano — considerava o trabalho como o determinante único do valor e, portanto, causa última de toda a riqueza. O problema então, parecia ser o seguinte: movimentos sociais pró-trabalho ganhavam força a cada dia e a ciência econômica, enquanto agente normatizador da vida econômica, nada tinha a dizer sobre isso. Por vezes, inclusive, como fica claro através das construções teóricas dos chamados “socialistas ricardianos”, tais movimentos encontravam base científica.

Se os problemas metodológicos não eram suficientes para derrubar os clássicos, essa incapacidade de gerir as demandas sociais em prol da acumulação certamente foi — um novo saber surge e rapidamente toma o protagonismo da escola clássica — como que coincidentemente, tal saber se afirmava através da negação do valor-trabalho e, portanto, subsidiava certa normatização da atividade econômica na qual essas reivindicações pró-trabalho de cunho “socialista” não tinham razão de ser.

Em resumo, o que queremos defender é que mudanças no pensamento dominante — como a revolução marginalista — não podem ser explicadas unicamente por fatores metodológicos e muito menos por mera casualidade. Entre as novas ideias que “brotam” como mera casualidade e os problemas metodológicos enfrentados por um ou outro saber existe o fato de que diferentes modos de se operacionalizar o conhecimento científico correspondem a diferentes demandas sociais às quais tal conhecimento responde ou não e, na verdade, só se afirma como dominante na medida em que melhor enquadra as vicissitudes da acumulação capitalista em cada momento histórico dado e, portanto, subsidia uma normatização da vida econômica que resolva ou, no mínimo, suavize as contradições postas.

## **EMERGÊNCIA E DECLÍNIO DO KEYNESIANISMO: RETORNO À TRADIÇÃO NEOCLÁSSICA**

Durante a Primeira Guerra Mundial os EUA planejaram sua organização produtiva para atender às necessidades provenientes da guerra e ocuparam a posição de fornecedores para as demandas europeias, além de se transformarem em grande credor das nações em esforços de guerra. Os ganhos para a economia norte-americana foram expressivos e, vale ressaltar que, não houve qualquer consequência em seu território, mantendo sua estrutura intacta. Tem-se então a emergência da hegemonia dos EUA sobre as demais economias mundiais, que saíram da guerra devastadas.

Com o desenvolvimento ocorrido, a economia dos EUA presenciou uma expansão extraordinária. A sociedade passou por mudanças substantivas, que não ocorreram apenas nos negócios, mas também quanto às condições de trabalho, que promoveram ganhos reais para os trabalhadores. O consumo se elevou potencialmente e a produção seguia esse crescimento em proporção enorme e toda essa excitação gerou esforços produtivos muito maiores do que a sociedade pôde absorver.

O *american way of life* se tornou insustentável à medida que os negócios começaram a se desfazer por conta da incapacidade de realização da produção, levando a uma crise de superprodução.

Durante esse momento de queda da lucratividade produtiva, a especulação na Bolsa de Valores se tornou um “espaço de valorização complementar” para o capital produtivo e “os capitais que já não encontravam emprego lucrativo na expansão da capacidade produtiva eram atraídos de forma crescente para os títulos de renda fixa, imóveis e finalmente para o mercado de ações”. (BELLUZZO & COUTINHO, 1982, p.35 apud MAZZUCHELLI, 2009, p. 182)

As ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque caíam continuamente, refletindo aspectos causados pela superprodução, e aquele padrão de empreendimento concentrado e centralizado, como mencionado anteriormente, não possuía mais base de sustentação, o que acabou se desdobrando na quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A partir da quebra dos empreendimentos, contração do crédito e perspectivas mínimas de investimento, se instaurou o desemprego em massa. E “se as perspectivas para os novos investimentos já se sentiam comprometidas pela existência de capacidade ociosa e pelo início da deflação de preços, o rastro de dívidas deixado pelo crash conduzia quase todos à busca da liquidez.” (MAZZUCHELLI, 2009, p. 183)

Os reflexos do padrão acumulativo desenvolvido na década de 1920, proveniente dos desdobramentos históricos expostos anteriormente, colocaram em xeque o próprio padrão e instauraram a Grande Depressão. Aqui, resgatamos um aspecto que afirmamos anteriormente em relação à transição entre a Escola Clássica e o Marginalismo, a ciência enquanto normatizadora da atividade social. Os valores defendidos pela euforia do *american way of life* estão firmados sobre as bases do marginalismo.

Entretanto, já não parecia mais possível sustentar aqueles valores, nem mesmo apostar na racionalidade individual que geraria um suposto equilíbrio social. Não havia equilíbrio e o sistema expressava sua crise. A sociedade passava por um intenso processo de depressão, econômica e social, que não encontrava mais meios de sustentar a ordem da sociedade do capital.

O resultado disso é a necessidade de que “respostas” sejam dadas às demandas da sociedade como um todo, pois a permanência da desordem continuaria a “travar” a acumulação capitalista. E então, entra em voga o pensamento keynesiano, que propunha, resumidamente, a atuação do Estado como orientador dos investimentos na economia em meio à crise e depressão econômica, como meio de reduzir o desemprego em massa, elevar a renda na economia e assim, resolver os problemas relacionados à acumulação. Para isso, Keynes propõe que a atuação através da política monetária e fiscal busquem o pleno emprego da economia.

Porém, é importante ressaltar que a atuação do Estado proposta por Keynes é apenas para reestruturar as bases de acumulação para a iniciativa privada, como bem expresso na passagem abaixo:

Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. (KEYNES, 1996, p. 345)

Então, a reestruturação mundial se dá às bases do keynesianismo e é notável que os aspectos sociais foram centrais para essa revolução científica que ocorreu entre as décadas de 1930 e 1970. Porém, temos que levar em conta que essa mudança de paradigma ocorreu como um desdobramento da normatização social proposta pela teoria marginalista, o que reafirma a importância dos aspectos e

insuficiências metodológicas, mas apenas à medida que eles causam reflexos sociais insustentáveis à ordem capitalista. Além disso, há que se ter em mente que a revolução só ocorrerá quando uma nova forma de pensar as questões sociais responder à essas demandas e reconstruir a ordem.

A reestruturação mundial ocorre então a partir do princípio keynesiano de intervenção estatal na economia para direcionar investimentos. Aos fins da Segunda Guerra Mundial, com a consolidação da hegemonia norte-americana sobre as demais nações, ocorre o Acordo de Bretton Woods sob o pressuposto de reconstrução das economias afetadas pela guerra. Então é criado um sistema de financiamento mundial a partir de instituições como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Com o passar do tempo, economias europeias e asiáticas, abarrotadas pela liquidez fornecida pelo sistema desenvolvido em Bretton Woods – fator muito importante – se tornaram grandes potências econômicas, gerando concorrência entre as nações, pois fornecia poder de especulação sobre o dólar e risco quanto à dominância dos EUA no cenário internacional. Esse movimento foi importante e levou, primeiramente ao rompimento do padrão dólar-ouro, em 1971, tendo em vista o risco das reservas norte-americanas. Além disso, com o questionamento da hegemonia norte-americana, as estruturas de poder da ordem social estavam sendo ameaçadas, colocando em risco a própria continuidade do processo acumulativo. (TAVARES, 1985)

Em 1979, Volcker, presidente do *Federal Reserve*, para defender a economia norte-americana, eleva as taxas de juro e causa o chamado Choque de Juros. (TAVARES, 1985) A partir desse movimento, começa-se a estabelecer um novo paradigma, paradigma que oferecerá a normatização científica da qual esse movimento não pode prescindir.

## **A ECONOMIA PÓS KEYNES: DA CONSTRUÇÃO DO MAINSTREAM À CRISE DE 2008**

O extraordinário aumento da taxa de juros que marcou o fim da economia keynesiana enquanto saber dominante, levado a cabo pelo então presidente do FED Paul Volcker, na década de 1970 está, como apresentado por Tavares (1985), longe de ser mera casualidade. Muito pelo contrário, estava de acordo com um quadro social mais amplo que colocava em xeque a centralidade da economia norte-americana frente ao resto do mundo e, portanto, colocava em cheque a própria acumulação como se conhecia.

Mas, como se sabe, onde há fumaça, há fogo. Durante o mesmo período a ciência econômica já ensaiava, através da escola de Chicago, mudar novamente sua roupagem e assumir, outra vez, o papel normatizador da atividade econômica que correspondesse às vicissitudes materiais da época: manutenção dos EUA enquanto centro econômico do mundo.

A economia aparece, então, como ávida defensora do liberalismo, do não intervencionismo, das desregulações, do livre fluxo de capitais etc. De forma geral, aparece como extremamente austera do ponto de vista fiscal e preocupada apenas com o nível de preços do ponto de vista monetário. Nada melhor do que a competição pura e sem interferências governamentais para que o mais forte se sobressaia.

Este saber que desbancou a economia keynesiana e se afirmou como dominante na década de 1970 é, até hoje, o saber ortodoxo ou *mainstream* na economia. Isto significa, como já discutimos, que a este cabe certa capacidade de normatização da atividade econômica e, nesse sentido, da própria vida. A crise financeira de 2008, no entanto, trouxe dois tipos de problemas: um de cunho teórico-metodológico na medida em que a ciência *mainstream* se mostrou incapaz de entender, explicar e lidar com uma crise financeira. Outro de cunho social na medida em que as dificuldades materiais trazidas pela crise parecem demandar outro tipo de normatização da atividade econômica que não a subsidiada pelo atual paradigma dominante.

Para entender o problema do ponto de vista metodológico precisamos nos lembrar que o *mainstream* é aquele que nasceu com a escola de Chicago, especialmente através das contribuições de Milton Friedman e Robert Lucas, Jr. através das quais as políticas monetária e fiscal foram consideradas ineficazes, à medida que não conseguiam gerar emprego e renda, tanto no longo quanto no curto prazo. Temos que lembrar ainda que, apesar de ineficaz, a política monetária reteve certa importância instrumental: era através dela que se deveria manejar os agregados monetários, de maneira direta ou indireta (através da taxa de juros — e aqui se explica o choque de juros aplicado por Volcker), com vias a manutenção de um nível estável de preços.

É justamente nesta construção teórica que os autores da tradição ortodoxa estão enxergando problemas explicativos, principalmente no que tange o entendimento do sistema financeiro. Dentre eles talvez o mais ativo na discussão seja Olivier Blanchard, mas não é o único: a lista inclui também, dentre outros, nomes como Lawrence Summers<sup>4</sup>, David Romer e Joseph Stiglitz<sup>5</sup>. Blanchard (2010), faz uma síntese interessante de como o *mainstream* encarava esse elemento. Segundo o autor, o sistema financeiro era visto como basicamente restrito ao sistema bancário, que funcionava, por sua vez, como um intermediário. Ou seja, algo que por um lado captava poupança de quem estivesse disposto a ceder fundos e, por outro, cedia tais fundos para quem quisesse tomar emprestado.

O único problema, ainda segundo Blanchard, era o fato de que os bancos não precisavam, necessariamente, de captar fundos antes de emprestar — podem criar dinheiro (criação secundária

---

<sup>4</sup> Cf. Blanchard & Summers (2017)

<sup>5</sup> Cf. Akerlof, George A. et al. (2014)

de moeda) e assim descolar a oferta total de empréstimos da oferta real de poupança — isso, segundo o autor, subsidiava uma política monetária que, em primeiro lugar, tinha de estabelecer algumas regras quanto a regulação da atividade bancária (no que tange a manutenção de um determinado nível de reservas) e, em segundo lugar, poderia usar como instrumento exclusivo a taxa básica de juros uma vez que, através dessa, seria possível influenciar todas as demais taxas de empréstimo da economia e, por conseguinte, regular a criação secundária de moeda afim de atingir o objetivo intencionado pela política monetária em questão, geralmente o da manutenção de um nível estável de preços. A crise, no entanto, segundo o próprio Blanchard afirma mais a frente, mostrou que este pensamento não condizia com a realidade — a partir daí o *mainstream* deveria avançar metodologicamente.

Vale ressaltar que o que está sendo considerado um “problema metodológico”, ou seja, a incapacidade de compreensão do sistema financeiro por parte da ortodoxia, se trata de um aspecto que foi, e ainda é, essencial para a reprodução do capital. Isso porque, antes da crise, essa “cegueira” foi justamente o que possibilitou, baseada na própria normatização social oferecida por esse saber — quanto à compreensão do que é riqueza, a busca por ela e ao consumo em si — por exemplo, a expansão extraordinária e desregulamentada do crédito, do consumo das famílias norte-americanas, da securitização de títulos e etc. que são fundamentais para manutenção dos lucros. O escopo da normatização oferecido pela teoria dominante é delimitado pelo próprio estágio da acumulação capitalista. Ou seja, é, antes de mais nada, uma determinação material.

Reforçando esse ponto, a drástica queda do emprego e da renda, bem como a vagarosa recuperação vivenciadas no pós-crise tem dado espaço a movimentos que encontraram na intervenção estatal um culpado. Nos termos de André Guimarães Augusto (2016) a onda conservadora que tem observado assenta-se sobre uma “visão aristocrática de mundo”. Aristocrática porque, nesta visão, o humano é concebido apenas como o detentor da propriedade privada, é aquele que possui. Desta forma, quem possui em maior quantidade é também mais humano do que quem não possui — o que era antes desigualdade social dependente de condições históricas específicas se torna fato natural e eterno.

Diante disto, indivíduos que possuem em maior quantidade se apresentam como naturalmente melhores do que os que possuem menos e, nesse sentido, qualquer ação de caráter redistributivo do estado adquire cunho repreensível e, até mesmo, imoral visto que fere o sagrado direito irrestrito a propriedade privada. Desta forma, movimentos que se colocam contra as responsabilidades sociais assumidas pelo estado, desde os tempos do capitalismo keynesiano (salário mínimo, direitos trabalhistas, serviços públicos em geral, etc.), tem surgido e ganhado força. As reformas trabalhista e previdenciária discutidas tanto no Brasil quanto no mundo (França e Espanha, por exemplo), a

reforma tributária levada a cabo por Donald Trump nos EUA, e os movimentos anti-imigração na Europa se apresentam como manifestações concretas desse fenômeno.

No entanto, como bem notado por Augusto (2016), essa “visão aristocrática de mundo” não está, de maneira alguma, em contradição com o liberalismo. Muito pelo contrário, é, acima de tudo, uma radicalização da mesma porque, como vimos, reclama por menor participação estatal até nos quesitos que estão previstos, em muitos casos, constitucionalmente, como a manutenção de certos gastos sociais. Posto isso, o quadro social colocado pelo pós-crise parece não tão contraditório com a normatização da atividade econômica já subsidiada pelo *mainstream* atual. Talvez por isso, mesmo em detrimento de todas as dificuldades metodológicas que vem enfrentando, esta forma de operacionalizar a ciência continue dominante.

No entanto, à luz dos problemas metodológicos — e é importante frisar: todos eles ligados à uma melhor compreensão do sistema financeiro-monetário — e da normatização da vida econômica leniente com algum tipo de intervenção estatal, mesmo que de forma restrita, fica mais fácil entender o aparentemente repentino ressurgimento da escola austríaca de economia que, cabe ressaltar, é muito mais intransigente quanto à participação do estado na economia e oferece um construto teórico diferente do *mainstream* atual — principalmente no que tange o sistema financeiro-monetário. Em outras palavras, da forma como entendemos, o ressurgimento da escola austríaca acontece porque ela representa de fato, no que tange à normatização da vida, uma radicalização da norma liberal que é, por sua vez, compatível com a radicalização das demandas sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em primeiro lugar é importante ter em mente que uma “revolução científica”, ao que nos parece, nunca é mera casualidade. Isto é, pelo menos para a economia, completamente verdadeiro como tentamos mostrar através da exposição das grandes inflexões no pensamento econômico.

Isto acontece porque a ciência, de forma geral, desfruta de um papel privilegiado na nossa sociabilidade — semelhante ao desfrutado pela religião na idade média — de instrumento normatizador da atividade social, no nosso caso, da atividade econômica. Ênfase sobre o termo instrumento: a partir dele fica claro que este saber pode, e, efetivamente é, sempre que possível, manuseado de forma a capturar e enquadrar dentro de novas normas, questões materiais mais profundas colocadas por momentos históricos específicos.

Portanto, para além de um debate metodológico que prescindiu toda e qualquer mudança de paradigma científico, pelo menos no campo econômico, haviam condições sociais mais amplas que deviam ser capturadas pelos saberes em concorrência pelo posto de ortodoxia e, de fato, o fazer

metodológico triunfante não só respondia, mas também o fazia de uma maneira específica: sempre em favor da acumulação de capital.

Posto isso, apesar da crise de 2008 escancarar a incapacidade metodológica do atual *mainstream* e torná-lo questionável inclusive por autores da própria tradição, não devemos perder de vista que ela foi um reflexo da normatização social sustentada por esse construto teórico e a demonstração de que ele é insustentável. Nesse ponto entra a Escola Austríaca, e demais teorias concorrentes, respondendo à essa insustentabilidade de manutenção da ordem social.

Lançando vistas a esse aspecto – ideológico –, esta escola representa uma resposta radical às demandas sociais extremamente radicalizadas da contemporaneidade, porém com um arcabouço teórico incoerente com as necessidades básicas para acumulação capitalista, principalmente no que tange a percepção do Estado como um agente externo à dinâmica de acumulação de capital tendo, nesse aspecto, o que entendemos como uma impossibilidade de dominância paradigmática. Então, apesar do momento nos levantar a hipótese de uma possível inflexão no pensamento econômico, nos parece mais coerente a ideia de que o cinturão protetor da teoria neoclássica se apropriará dos aspectos necessários do que é proposto pela Escola Austríaca — movimento nada novo, diga-se de passagem, já que o mesmo aconteceu com a síntese neoclássica das ideias keynesianas, como vimos — visando a reafirmação social do mesmo núcleo duro de seu programa de pesquisa científico.

## REFERÊNCIAS

AKERLOF, George A. et al. (Ed.). **What Have We Learned?: Macroeconomic Policy After the Crisis**. MIT Press, 2014.

AUGUSTO, André Guimarães & DE MELO, Demian Bezerra. O "novo" capitalismo e a "nova" direita, In: Marx e o Marxismo, capital e poder. 2016, Niterói. **NIEP-Marx**. Disponível em: <<https://goo.gl/DJRD4A>> acesso em: 26 dez. 2017.

BLANCHARD O, DELL'ARICCIA G, MAURO P. “Rethinking macroeconomic policy”. **Journal of Money, Credit and Banking**, v.42, n.1. p.199-215, 2010.

BLANCHARD O., SUMMERS L., “Rethinking Stabilization Policy: Back to the Future”. **Peterson Institute for International Economics**, p. 01, 2017.

CALDWELL, Bruce. **Beyond Positivism**. Routledge: London, 1994. p. 35-52. Tradução livre.

CARCANHOLO, Reinaldo A. O valor, a riqueza e a teoria de Smith. **Análise Econômica**, v. 9, n. 15, 1991.

DEANE, Phyllis. **A evolução das idéias econômicas**. Zahar, p. 129-152, 1980.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico: de Lao Tse a Robert Lucas**. Atlas, p. 235-243, 2001.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Juro do Emprego e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, p. 345, 1996.

KICILLOF, Axel. **De Smith a Keynes: siete lecciones de historia del pensamiento económico: un análisis de los textos originales**. Eudeba, p. 159, 2010

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras**. Unesp, p. 182, 2009.

PAULANI, Leda. “Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão”. **Revista de Economia Política**, vol 30, nº 1 (117), p. 27-44, jan.-mar. 2010.

RICARDO, David. Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. **NAPOLEONI, C. Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro: Edições Graal**, p. 195, 1978.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações, investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1 vol, p. 88, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo: Nova Cultural, p. 31,1996.